

A EDUCAÇÃO E A PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

UMA BREVE ANÁLISE NO CONTEXTO DO SISTEMA DO CAPITAL

EDUCATION AND THE PROLETARIZATION OF TEACHER'S WORK A BRIEF ANALYSIS IN THE CONTEXT OF THE CAPITAL SYSTEM

Lucas Prates da SILVA*

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo realizar uma análise sucinta da Educação e do trabalho docente no contexto do sistema capitalista. Atualmente, a temática "Educação" vem sendo abordada e intensamente discutida pelos mais diversos ramos e extratos sociais, desde uma ótica libertadora e humanitária, até vieses puramente políticos, demagógicos e econômicos. Do ponto de vista antropológico, a Educação é fundamental para a existência humana, pois proporciona formação ética e moral indispensável à vida. Contudo, vem-se criando constantemente impasses e atritos ao se submeter a Educação a interesses financeiros e políticos, tornando o ensino muitas vezes precarizado e puramente técnico. É oportuno observar que nossa reflexão será referenciada no materialismo histórico dialético, por sustentar as condições materiais que consubstanciam a análise crítica da realidade educacional, bem como suas principais contradições. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica, utilizando textos de autores clássicos e atuais que contribuíram com reflexões sobre o tema. Entre estes autores estão: Dermeval Saviani (2009), István Mészáros (2008), Karl Marx (1998, 2012) e Friedrich Engels (1998, 2012). Partimos dessa premissa bibliográfica pelo fato de os referidos autores analisarem criticamente a objetividade na qual a Educação se insere e se faz necessária na crítica aos fundamentos da atuação docente. A nosso ver, trata-se uma tarefa árdua, porém necessária, discutir como a Educação e o trabalho do professor se situam dentro da lógica capitalista. Contudo, tal análise pode contribuir em debates e críticas, visando à construção de uma Educação verdadeiramente humana e ética, algo que vai muito além de interesses econômicos.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo; Educação; Precarização; Trabalho Docente.

ABSTRACT

This paper describes a brief analysis of Education and teaching work in the context of the capitalist system. Nowadays, the theme "Education" has been approached and intensely discussed by the most diverse branches and social extracts, from a liberating and humanitarian perspective, to purely political, demagogic and economic biases. From the anthropological point of view, Education is fundamental for human existence, since it provides an ethical, moral formation indispensable to life. However, we are constantly creating impasses and friction in subjecting education to financial and political interests, making education often precarious and purely technical. It is an opportune to observe that our reflection will be referenced in the dialectical historical materialism, by sustaining the material conditions that consubstantiate the critical analysis of the educational reality, as

* Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto e Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Católica Dom Bosco. Atualmente é Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Três Lagoas, e professor nas Faculdades Integradas de Três Lagoas (AEMS). *E-mail:* lucas.silva@ifms.edu.br.

well as its main contradictions. For that, we carried out a bibliographical research, using texts of classic and current authors that contributed with reflections on the theme. Among these authors are Dermeval Saviani, István Mészáros, Karl Marx and Friedrich Engels. We start from this bibliographic premise by the fact that the afore mentioned authors critically analyze the objectivity in which education is inserted and is necessary in the criticism of the fundamentals of teaching performance. In our point of view, it is an arduous but necessary task to discuss how education and the teacher's work fit within the capitalist logic. However, such an analysis can contribute to debates and criticisms, aiming at building a truly human and ethical education, something that goes far beyond economic interests.

KEYWORDS: Capitalism; Education; Precarity; Teacher's work.

Trabalho submetido em setembro de 2017. Aprovado para publicação em janeiro de 2018.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar alguns aspectos e problemáticas enfrentados pela Educação e atuação do professor dentro da lógica do sistema capitalista. Para tal, iremos trabalhar e discutir com autores que já trataram diretamente ou indiretamente de tal temática.

A Educação é de importância suprema para a existência humana, pois proporciona uma formação ética, moral e política indispensáveis à vida, indo muito além de puro conhecimento técnico; logo, não pode ser simplesmente comprada ou colocada abaixo de interesses financeiros.

Porém, a situação educacional que acaba, infelizmente, se concretizando é de constantes problemas e impasses que criam um quadro de precarização muito profunda, tanto físico-estrutural (prédios e instalações escolares sucateadas e insalubres) quanto ideológica (incapacidade de a Educação promover uma formação verdadeiramente humana, submetendo-se a uma ideologia capital-burguesa).

Nesse contexto, a atuação do educador se transforma e se afasta de seu verdadeiro objetivo. Péssimas condições de trabalho, má remuneração, carga horária exaustiva com longa jornada de aulas, dependência excessiva de manuais didáticos. A precarização constante das condições materiais leva, pensando marxistamente, a uma inevitável precarização das ideias. Afinal, segundo o filósofo alemão Marx (1998, 2012), as ideias são uma emanção direta do comportamento material do homem.

Tais pontos são importantes e precisam ser problematizados e debatidos constantemente, evitando assim tomarmos a precarização da Educação como algo "natural"; uma vez que grande parte de nossas relações no seio do sistema capitalista são vistas como naturalizadas, pois estão mascaradas pela ideologia burguesa.

Ideologia, segundo Georg Lukács, é a capacidade de mascarar a essência da sociedade burguesa, evitando que todos grupos sociais tomem consciência de classe. A lógica, portanto, é empregar a ideologia como um

mecanismo de manutenção de *status quo*, garantindo os interesses de uma minoria.

2 A PROLETARIZAÇÃO DO DOCENTE – UMA ABORDAGEM SUCINTA

O ingresso de inovações tecnológicas no processo produtivo ocasionou profundos impactos no mundo do trabalho, intensificando as transformações ocorridas no século XX e introduzindo novos conceitos como flexibilização, privatização e globalização. Como resultados diretos e/ou indiretos desse panorama, temos a precarização estrutural do trabalho e a terceirização, convivendo lado a lado com aumento do desemprego. Tal processo culminou na intensificação de jornadas e ritmo de trabalho e na adoção de um processo produtivo flexível, capaz de explorar a multifuncionalidade da mão de obra como estratégia para usufruir mais da capacidade manual e intelectual do trabalhador.

Obviamente, existe muito a ser debatido em relação às consequências da reestruturação produtiva no setor educacional. Todavia, nosso objetivo neste texto é refletir sobre o trabalho do professor, especificamente no que tange à ideia da proletarização. O fato de o professor estar sujeito a constantes riscos de desqualificação e precarização concretiza a ideia de este profissional carregar marcas de uma condição proletária.

De acordo com Marx e Engels (1998), o primeiro ato histórico da existência do homem é a produção dos meios que permitam satisfazer necessidades básicas como beber, vestir-se e comer, que precisam ser cumpridas diariamente para garantir a vida de homens e mulheres. Estando as necessidades básicas satisfeitas, surgem então novas necessidades que precisam ser cumpridas, à medida que aumenta a população e diversifica-se o quadro social e de divisão do trabalho. Assim, o instinto de sobrevivência do ser humano provocado pelo aumento de necessidades impulsiona o aumento da produtividade.

À medida que se intensifica a divisão social do trabalho, vão-se aflorando as contradições entre as classes sociais existentes e as forças

produtivas, tornando evidente o modo como se apropriam destas mesmas forças os diferentes elementos que integram uma sociedade.

Ao longo da história da humanidade, o trabalho apresentou diferentes formas e funções, uma vez que as forças produtivas também evoluem e promovem alterações na divisão social do trabalho. As relações entre o homem e a natureza são passadas de geração em geração, todavia, de forma acumulativa, uma geração herda da anterior todo um conjunto social e material com o qual constrói suas novas condições de existência.

É na divisão social do trabalho que está a origem da sociedade fragmentada em classes: a classe explorada (proletários) e a classe dos detentores dos meios de produção (proprietários). Quem controla os meios de produção explora aquele que domina o processo de trabalho. A classe proletária é desprovida dos meios de produção, possuindo apenas sua força de trabalho, que é vendida como uma mercadoria no mercado, desempenhando o trabalho produtivo. Neste sentido, é particularmente interessante questionarmos que lugar os docentes ocupam na divisão social do trabalho?

Hoje, é inegável que a concepção do operário como um elemento que exerce apenas o trabalho braçal é anacrônica, visto que a mecanização e avanços na divisão social do trabalho modificaram de maneira intensa a estruturação das forças produtivas e a organização social. Ou seja, a figura do proletário passa a estar presente em várias relações dentro do sistema de produção capitalista, rompendo com o paradigma do operário de obras. Os professores são destituídos dos meios de produção, possuindo, portanto, apenas a força de trabalho para ser vendida no mercado, tendo seu trabalho regulamentado pelo Estado e participando de sindicatos e organizações trabalhistas, agindo de maneira análoga a outros trabalhadores.

Em uma definição simplificada de classe proletária, é possível incluir todas pessoas que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de uma remuneração; todavia, podemos encontrar várias divisões e subdivisões ideológicas e materiais na referida classe.

A classe proletária pode ser encarada como um extrato que, ao longo dos anos, cresceu e assumiu grande complexidade. A ampla expansão de comércio, setor de serviços, escolas e bancos, permitiu o aumento de assalariados nestas atividades, rompendo com o estereótipo de proletário industrial. Nota-se, portanto, a formação de uma classe proletária moderna heterogênea, constituída de diferentes profissões que acompanham as transformações que ocorrem no mundo do trabalho.

Muitas das bandeiras de luta do proletariado tradicional passaram a ser amplamente utilizadas pelas categorias profissionais da classe média, justamente em luta contra o processo de proletarização a que estão sujeitas no sistema capitalista. Assim, temos a formação de sindicatos de professores no Brasil, que passaram a se mobilizar intensamente e realizar manifestações com grande capacidade de organização.

No caso do docente em particular, temos como elementos da proletarização a desqualificação da prática pedagógica, a precarização da organização escolar, como também as condições socioeconômicas a que tal classe foi submetida. Diante de tal quadro, esses profissionais passaram a se organizar politicamente em defesa da categoria.

Como um assalariado, o professor é submetido a um processo de desvalorização profissional, visto que sua profissão sofre sérios problemas com o aviltamento salarial e a perda de prestígio e status social.

Apesar de o setor educacional ser diferente da atividade industrial ou do setor de serviços, ele sofre as mesmas pressões. Muitos professores acabam por perder o controle de parte de seu próprio trabalho, visto que o planejamento de aulas, testes e textos e a escolha de métodos e conteúdos acabam sendo delegados para outras instâncias, quais sejam: secretarias de educação, direção da escola e assembleias estaduais. O professor torna-se, nessas circunstâncias, um executor alienado.

O fato é que o trabalho dos professores é permeado por inúmeros desafios, sejam da microestrutura (realidade social), sejam de caráter mais amplo, vinculadas às políticas educacionais e ao sistema capitalista no qual vivemos, que refletem diretamente no papel do professorado dentro da

escola. Neste sentido, sendo o processo da proletarização docente um reflexo direto da lógica do sistema capitalista, este permeia toda a relação social e, por sua vez, também afetará as relações dentro do sistema de ensino.

Tal conjuntura reduz a efetividade da Educação em seus objetivos principais, uma vez que o docente torna-se um proletário, podendo muito bem estar a serviço da manutenção do *status quo* e da reprodução de uma ideologia burguesa.

A intensa divisão do trabalho na ordem do capital fez com que o trabalhador perdesse a noção de totalidade, alienando-se em relação a si próprio e a seu trabalho. Acreditamos que tal alienação com relação ao trabalho passou a afetar também o docente e, conseqüentemente, a qualidade e os fundamentos básicos da Educação. Deste modo, se o processo de formação do professor está ligado diretamente às condições materiais de sua realidade, entendemos que a precarização de seu trabalho está ligada diretamente às condições ontológicas do Ser Professor neste contexto.

Do ponto de vista histórico, a dinâmica de formação do professor tem o seu início na constituição da escola moderna. Para auxiliar na compreensão deste processo de precarização do ensino, é importante destacarmos a abordagem feita por Amós Comenius (2001), um membro religioso morávio que no século XVII escreve a obra *Didática Magna*.

Na análise de Comenius (2001), essa escola é idealizada como sendo uma instituição que precisa acolher o maior número possível de alunos. Segundo seu viés, o professor é pensado como um trabalhador que iria atender uma imensa quantia de estudantes e exercer tarefas de mera reprodução de conteúdo com o auxílio do manual didático.

A noção de escola trabalhada por Comenius (2001) é justamente a base da escola pública moderna: gratuita e para todos. Todavia, marcada por um ideal manufatureiro, algo característico da época em que ele escreveu sua obra; um período de superação das oficinas artesanais e implementação das manufaturas, visando a um aumento produtivo para atender um maior mercado.

A escola, o professor e o material didático são pensados, então, no âmbito da expansão produtiva, em que a meta era receber uma quantia maciça de estudantes com um barateamento das condições materiais. Consequentemente, diante da lógica e das condições materiais de seu tempo histórico, Comenius (2001) acaba propondo uma concepção de escola e professor reprodutores e manufactureiros.

Tratando ainda do processo de assalariamento e proletarização do docente, o autor Carlos Roberto Jamil Cury (1980) comenta que:

O professor, como agente pedagógico e mediador da transmissão do saber, também se torna mercadoria. Sua mercadorização crescente como força de trabalho faz dele um assalariado com funções de intelectual. Nesse sentido, ele se proletariza e pode engrossar objetivamente as fileiras da classe trabalhadora. E, como tal, nada impede que ele se ponha a serviço do exercício da dominação. (CURY, 1980, p. 83)

Portanto, com base nas ideias de Cury (1980), podemos afirmar que nem o professor nem a sua aula podem ser entendidos como elementos "neutros" dentro do processo educacional, ou seja, não são alheios às questões econômicas, sociais, políticas e ideológicas.

Trata-se de uma questão muito delicada e perigosa para a eficácia da Educação, uma vez que, ao tornar-se um proletário com funções intelectuais e vender sua aula como mercadoria, o professor contribui para afastar a Educação de seu viés verdadeiramente humanitário e transformador, alinhando-a a parâmetros econômicos.

A obra *Banco Mundial em foco: um ensaio sobre sua atuação na educação brasileira e na da América Latina* (2007), de Camilla Silva, Diego Azzi e Renato Bock, contribui para tornar a questão da proletarização docente um ponto ainda mais nítido.

A obra deixa muito clara a influência cruel que interesses econômicos de grandes organizações exercem sobre a Educação e as políticas públicas educacionais, entendendo que:

A educação é encarada pelo Banco Mundial como a prestação (pública ou privada) de um serviço, e não como um direito de todos à transmissão e troca de saberes, culturas e valores. Nessa perspectiva, a educação deve ser avaliada com base no desempenho dos professores em fornecer o mais eficiente serviço aos seus "clientes", os pais. O fortalecimento dos clientes, que deverão avaliar a escola pela utilidade mercadológica do produto que o aluno demonstrar ter adquirido, é apresentado pelo Banco como um dos pilares para a melhoria da educação, seja pública, seja privada. (SILVA; AZZI; BOCK, 2007, p. 17)

A citação ilustra como o professor passa a ser visto como um empregado que exerce um determinado serviço à sua "clientela", os pais de alunos, esvaziando, talvez completamente, a sua capacidade de orientação moral e formação crítica. O processo de proletarianização, neste caso, caminha de mãos dadas com a precarização da Educação, uma vez que a lógica dominante é a do capital. A Educação é vista, então, como um ramo para investimentos, e seu conteúdo torna-se, com frequência, puramente técnico.

O autor Dermeval Saviani (2009) corrobora a ideia da precarização da atuação docente ao associá-la a uma formação de educadores também precarizada e ineficaz.

A grande preocupação com a formação do docente no Brasil inicia-se nas primeiras décadas do século XIX, visando atender a população escolar da nação recém-independente. Para o autor, ao longo de dois séculos, a Educação brasileira foi marcada por uma precariedade de políticas na formação de educadores. Estas políticas sofreram mudanças significativas ao longo de vários anos e acabaram por não formar um padrão consistente de preparação docente para fazer frente aos problemas da Educação em nosso país.

Ainda para Saviani (2009), a formação docente não pode ser dissociada da precarização de sua atuação, cujo âmbito podemos somar o problema salarial e as longas jornadas de trabalho. Esta precarização não prejudica apenas sua atuação; tais fatores afetam, também, os cursos de licenciatura, que perdem o seu valor profissional.

Na análise de Marx (2012) sobre essa questão, o autor comenta que:

A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então consideradas veneráveis e dignas de santo respeito. Transformou em seus trabalhadores assalariados o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência. (MARX; ENGELS, 2012, p. 40)

A citação acima confirma a ideia de um avanço da proletarização por diversas profissões no seio do sistema do capital. A Educação e o professor acabam por ser também afetados pela lógica de reprodução capitalista, ocasionando sérios casos de precarização da atuação docente, deteriorando suas condições sociais e materiais.

Enfim, podemos afirmar que dentro da lógica capitalista o ato de ensinar tenha se tornado uma mercadoria, e o professor, um operário intelectual, alienado em um todo produtivo. Rotina cada vez mais exaustiva dos professores, envolvendo jornadas longas de aulas, constantes disputas para ajuste salarial e a dependência excessiva com relação aos manuais didáticos podem ser interpretados como sintomas de tal processo de proletarização ou assalariamento.

Assim, é bastante pertinente nos questionarmos, no contexto do capital, qual o verdadeiro objetivo do ato de educar? E estaria o professor, um assalariado intelectual, trabalhando para construir uma Educação que promova mudanças sociais ou uma Educação que legitime o *status quo*?

Definitivamente, essas não são questões simples e rápidas de se responder, e o presente trabalho não tem pretensão de solucioná-las. Todavia, nosso intuito é evidenciar ao leitor tais questionamentos, que, sem dúvida, não podem ser "naturalizados" ou vistos sob uma ótica fatalista.

3 A EDUCAÇÃO NO SISTEMA DO CAPITAL

Hoje, é inegável que as sociedades ao redor do mundo são afetadas por sérios problemas, envolvendo criminalidade, avanço da pobreza, fome, marginalização social, desemprego, destruição ambiental, guerras, corrupção, além de muitas outras feridas sociais que surgem como reflexo indireto dessas problemáticas.

Nesse sentido, é relevante problematizar que tais doenças sociais possam estar relacionadas com as mutilações sofridas pelo sistema educacional, sua estruturação anacrônica e, conseqüentemente, sua ineficácia.

A lógica é, então, pensarmos como mudanças educacionais profundas e sadias, implementadas fora de simples reformismos e rearranjos cômodos que visam à engorda de estatísticas ou a interesses financeiros, poderão auxiliar em um verdadeiro saneamento da mente humana e da sociedade.

Em sua obra, *A educação para além do capital*, o húngaro Istvan Mészáros (2008) nos ensina que, primeiramente, Educação não é uma mercadoria. Seu significado é demasiado profundo para ser reduzido a um mero elemento do capital.

Educar é ensinar para a vida, não simplesmente treinar pessoas para mercado de trabalho; é um processo que deveria acompanhar o ser humano ao longo de toda sua vida, e não apenas durante os poucos anos que se passa em uma escola ou na graduação.

Porém, na visão de Mészáros (2008), o verdadeiro sentido da Educação nunca será atingido sem as devidas mudanças do quadro social, visto que simples reformas periféricas são incapazes de mudar as regras dentro de um sistema que prioriza o lucro, a venda e a produção. Neste sentido, o autor mostra-se inflexível diante de reformas, considerando-as inúteis, pois o sistema do capital apodrece qualquer chance de uma superação plena dos problemas educacionais.

Logo, a única saída seria pensar fora do sistema do capital para que se efetivasse uma reestruturação do pensamento do ser humano e, por conseguinte, da Educação. O capital, nas palavras de Mészáros (2008), é irreformável, incorrigível e incontestável; assim, para pensarmos em uma Educação melhor, precisamos pensar fora da ótica do capital.

Ainda segundo o filósofo húngaro, o sistema do capital mostra-se um terreno infértil para a reprodução da igualdade entre os homens; a Educação institucionalizada tem funcionado como uma fonte de alimentação da máquina do capital, legitimando uma elite burguesa, gerando um

comodismo que muitas vezes nos impede de perceber outras possibilidades de gestão sócio-política-econômica, alternativas ao modelo que vivenciamos.

Para o autor, o sistema de Educação tem uma enorme parcela de culpa nesse quadro de debilidade crítica da população sobre a totalidade. Apesar do grande número de escolas e universidades, o ensino está fortemente marcado pela ideologia burguesa; logo, tende a manter a ordem social e não questioná-la. Assim, como afirma Mészáros (2008):

[...] de fato, da maneira como estão as coisas hoje, a principal função da educação formal é agir como um cão de guarda ex-officio e autoritário para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida. (MÉSZÁROS, 2008, p. 55)

Portanto, com base nas ideias de Istvan Mészáros (2008), podemos afirmar com segurança que hoje os princípios orientadores da Educação formal estão de mãos dadas com a lógica do capital. Obviamente, nossa sociedade não consegue perceber o domínio ideológico do sistema, pois padece envenenada de um longo e contínuo processo de alienação. É tudo tomado por lei, como algo tão natural que não faz sentido algum contestar.

Aqui, gostaríamos de retomar a obra *Banco Mundial em foco: um ensaio sobre sua atuação na educação brasileira e na da América Latina* (2007), na qual é evidenciado de maneira sistemática a intervenção direta que os interesses econômicos têm feito na área educacional através de organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial de Comércio. Tais organizações, ao fornecerem empréstimos e financiamentos, passaram a exercer controle e ditar projetos para a Educação dos países subdesenvolvidos com os quais negociam; ou seja, agindo paralelamente às políticas e legislação de tais nações. Deste modo:

O impacto do Banco Mundial sobre as políticas públicas é imenso. É espantoso que a maior parte da opinião pública no Brasil não tenha clareza a esse respeito. O Banco não somente formula condicionalidades que são verdadeiros programas de

reformas das políticas públicas, como também implementa esses programas usando redes de gerenciamento de projetos que funcionam de forma mais ou menos paralela à administração pública oficial do Estado brasileiro. (SILVA; AZZI; BOCK, 2007, p. 9)

Com base na citação acima, podemos afirmar que tais organizações financeiras exercem um poder quase estatal ao ditarem os rumos das políticas educacionais em países subdesenvolvidos. A nosso ver, algo muito danoso para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, visto que a qualidade da Educação pública tornou-se muito baixa e precarizada, deixando as escolas particulares e os cursos superiores caros viáveis apenas para pequenas parcelas abastadas da população.

Para agravar ainda mais o descaso com a Educação, grande parcela da população nacional desconhece tais fatos, facilitando com que tais organizações possam agir com amplos poderes, implantando reformas educacionais, cortando gastos e orientando políticas públicas. Silva, Azzi e Bock (2007) citam como exemplo que:

Para voltar a receber alívio na dívida externa, Honduras terá que implementar a contento outro programa de um ano junto ao FMI. Ironicamente, além de ter que cumprir as metas de ajuste fiscal e de inflação preceituadas, no caso de Honduras a instituição exige especificamente que se congele o salário dos professores, os quais considera excessivamente elevados. Segundo o relatório do Fórum da Dívida Externa e Desenvolvimento de Honduras, tanto o FMI quanto o Banco Mundial têm repetido inúmeras vezes que os professores têm remuneração excessiva. (SILVA; AZZI; BOCK, 2007, p. 49)

Assim, tais instituições e organizações internacionais passam a coordenar os rumos e objetivos da Educação, pois pressionam o governo dos países para os quais fornecem empréstimos e negociam sua dívida externa, forçando imposições e reajustes no gasto de verba, o que resulta em constantes cortes de gasto nos setores social e educacional, ocasionando o fechamento de escolas, precarização estrutural, superlotação de salas de aula e congelamento salarial de professores. Diante do alívio econômico proporcionado pelos empréstimos do FMI e Banco Mundial, o governo de tais

nações subdesenvolvidas acatam as imposições de corte de gasto na Educação, intensificando a precarização da mesma.

Dessa forma, a situação real do país encontra um impasse arranjado pelos órgãos multilaterais. Se o governo implementar o arrocho fiscal e as medidas recessivas, deixa de investir em políticas sociais, bem como no salário dos professores, dificultando o cumprimento das metas contidas no memorando da IVR. Por outro lado, se promover políticas sociais efetivas, programas de capacitação e valorização do professor, certamente não cumprirá as metas do FMI e perderá o alívio na dívida externa, tão necessário para tecer essas mesmas políticas (SILVA; AZZI; BOCK, 2007, p. 50).

Vemos, portanto, que o princípio orientador da Educação, no viés de tais organizações financeiras, é o enxugamento da máquina para a redução de gastos, havendo pouquíssima, para não alegar nenhuma, preocupação quanto à opinião das sociedades envolvidas.

Outro ponto que merece destaque é o problema das privatizações e investimentos privados, que colocam em risco a própria noção de Educação como direito a ser garantido por meio de políticas públicas. O avanço das privatizações e a constante omissão por parte do Estado na Educação pública tende a fortalecer estabelecimentos privados de ensino e a precarizar ainda mais as instituições públicas. Todavia, sabemos que a Educação gratuita e de qualidade é uma garantia prevista em nossa Constituição.

Gilberto Luis Alves (2006) faz uma interessante análise da instituição escolar na ordem do capital, desde os seus primórdios no processo de industrialização europeu no século XVIII até os tempos atuais. De acordo com o autor, a Educação, neste caso particularmente nas escolas públicas, já atuava como um elemento profundamente vinculado às demandas e necessidades do capitalismo industrial nascente, uma vez que era necessário educar, minimamente, os filhos de operários pobres para executar funções nas manufaturas e nas fábricas.

Ainda segundo Alves (2006), a escola se mostra desatualizada, anacrônica na função e nas condições materiais. A instituição é alheia à

modernização da humanidade, não absorvendo a tecnologia mais avançada que esta produz. Logo, é com grande urgência que a estrutura e a lógica educacional atual precisam ser repensadas, para que através de uma incorporação tecnológica possam ser atendidas as demandas sociais mais urgentes.

Outra abordagem muito pertinente no âmbito econômico feita por Alves (2006) diz respeito à escola contemporânea como uma instituição necessária aos governos capitalistas para reduzir problemas econômicos.

A escola, na ótica capitalista, seria uma válvula de controle que impede a entrada precoce de milhares de jovens no mercado de trabalho, evitando assim uma catástrofe de desempregos, como também uma instituição útil ao acolher com empregos as pessoas expulsas de setores produtivos da economia. A citação a seguir, de Alves (2006), apesar de longa, permite que façamos reflexões sobre tal temática:

A escola pública também se desenvolveu no interior dessa tendência de expansão das atividades improdutivas por força da ação reguladora do Estado. Consequentemente, [a escola] tem servido ao reaproveitamento de trabalhadores expulsos das atividades produtivas por força do desenvolvimento tecnológico; tem funcionado como um recurso para atenuar as tensões sociais da sociedade capitalista na fase monopolista. De forma análoga ao que ocorre com o funcionalismo público em geral e com o serviço público de saúde, todas as evidências apontam no sentido de que a escola, na perspectiva do capital, não necessita cumprir as suas proclamadas funções específicas. Retrógrada, por manter uma organização didática anacrônica, e descomprometida com o conhecimento, pelo aviltamento de seus conteúdos curriculares, sua expansão é necessária, do ponto de vista material, pois permite a alocação de trabalhadores expulsos das atividades produtivas junto às camadas intermediárias da sociedade, executoras de atividades improdutivas. (ALVES, 2006, p. 184)

A citação destacada acima deixa clara a forte relação estabelecida entre a Educação, neste caso representada pela instituição escolar pública, e o sistema capitalista. A Educação (escola) não precisa cumprir com seu verdadeiro objetivo de uma formação intelectual e humana transformadora, pois, pela lógica do capital, trata-se de um elemento improdutivo, não

gerador de mais-valia. Ao acolher mão de obra e jovens desempregados, a escola atua como um dispositivo que assegura equilíbrio na sociedade burguesa.

Fica, portanto, bem evidenciado o afastamento da Educação e instituições de ensino de seus objetivos primordiais; e a lógica educacional transformadora vai se diluindo e inevitavelmente enfraquecendo diante de interesses econômicos e demandas de mercado. O objetivo que vai se delineando é formar, então, uma mão de obra técnica, com baixíssima capacidade crítica e política, que acaba por perpetuar os elementos da sociedade capitalista. Sobre tal questão, o filósofo alemão Karl Marx (1998) nos alerta que a escola contemporânea tem a imagem e semelhança da ordem burguesa, servindo a seus princípios políticos, culturais, econômicos e ideológicos.

Segundo Cury (1980), no Brasil, da esmagadora maioria que inicia seus estudos no então primeiro grau, hoje ensino fundamental, são poucos os que restam para finalizar o segundo grau, atualmente ensino médio, para se tornarem produtores, trabalhadores e não acumuladores.

A problemática se estende para o ensino superior, onde poucos conseguem ter acesso aos meios de produção e sucumbem diante da proletarização: o desespero sufocante de conseguir um diploma e engordar o mercado de trabalho. Dá-se, então, uma ambiguidade: ao mesmo tempo que o sistema exige que a escola forme cidadãos capacitados para o trabalho, exige a formação de cidadãos dóceis e conformados.

Sob tal viés, esvazia-se também a capacidade crítica do estudante, que abraça a ideia da Educação como seu ingresso seguro e certo no mercado de trabalho, desconsiderando seu papel de intervenção social e formação de identidades. Acreditamos que tal tipo de formação escolar resulta em visões cômodas e posturas fatalistas diante dos inúmeros problemas enfrentados no cotidiano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos ao longo deste trabalho realizar uma breve análise da Educação dentro do sistema capitalista, uma vez que discutir sobre Educação sem pensar no contexto estrutural-ideológico em que vivemos pode levar a conclusões simplificadas ou até mesmo errôneas, visto que se torna mais complexo adotar uma postura crítica diante de problemas educacionais criados pela lógica do sistema do capital, e que são tornados "naturais" pela ideologia burguesa.

Portanto, pensar no capitalismo e em seus desdobramentos é uma condição necessária para aprofundarmos os debates em Educação, afinal, esta não é um elemento isolado, "neutro", que paira no ar alheio ao contexto estrutural ao seu redor.

A legitimação de valores e conteúdos aceitos socialmente como importantes, perpetuados pelas instituições de ensino, quais sejam: escolas e universidades, segue toda uma lógica de preservação de elementos da sociedade burguesa, o que contribui no fortalecimento do sistema capitalista.

A Educação burguesa ignora a sensibilidade do aluno, tendo mais interesse pelas suas capacidades de produção, impondo a ela, via de regra, uma concepção de trabalho produtivo. Portanto, ao falarmos em qualidade em Educação, é preciso perceber que esta qualidade não é neutra, está vinculada aos interesses hegemônicos.

A intensa divisão de trabalho imposta pelo sistema do capital fez com que o trabalhador perdesse a completa noção da totalidade, e acreditamos que tal problemática vem afetando a figura do professor. Conforme foi exposto, é possível que o docente possa muito bem se colocar a serviço do sistema do capital e de uma dominação ideológica: sua aula é transformada em mercadoria, seu salário (frequentemente baixo) é o seu sustento, logo, ministrar mais aulas é quase uma necessidade. "Morre" o intelectual erudito e surge um assalariado com funções de intelectual.

A "mercadorização" da aula acaba por reduzi-la a um instrumento de formação técnica ou para aprovações em concursos e vestibulares, esvaziando seu poder de transformação ética e social. Tal quadro contribui para perpetuar severos problemas sociais e humanos que poderiam ser amenizados com uma Educação mais humanitária, transformadora e inclusiva, permitindo o acesso e participação de todos.

Gostaríamos de concluir retomando as ideias do filósofo húngaro Istvan Mészáros (2008), para quem a Educação não é um tipo de mercadoria. Logo, enquanto interesses econômicos continuarem ditando os rumos e objetivos do sistema educacional, teremos dificuldades para transpor sérios problemas sociais e humanos que ainda nos afetam, uma vez que mudanças sociais qualitativas, e para todos cidadãos, exigem um sistema educacional focado na formação humana, e não apenas na técnica.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

COMENIUS, I. A. **Didática Magna**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CURY, C. R. J. Educação e ideologia. **Cad. Pesq. São Paulo** [Internet]. 1980 [citado 1980 nov.]; (35): 80-83. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0100-15741980000400007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 09 abr. 2018.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **O manifesto do partido comunista**. Tradução Antonio Carlos Braga. São Paulo: Lafonte, 2012.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação** [internet]. 2009 [citado 2009 jan./abr.]; (14): 143-155. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

SILVA, C. C.; AZZI, D.; BOCK, R. **Banco Mundial em foco**: um ensaio sobre a atuação na educação brasileira e na da América Latina. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/58779850/Banco-Mundial-Em-Foco-O-Impacto-Do-Banco-Mundial-Nas-Politic-as-de-Educacao>>. Acesso em: 09 abr. 2018.